

## **A INTERVENÇÃO ESTATAL EM SITUAÇÕES DE DESASTRES NATURAIS: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO OLHAR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Creuza Araujo da Silva<sup>1\*</sup>; Alexandre Luís Belchior dos Santos<sup>1</sup>, Moisés dos Santos<sup>2</sup>

<sup>1-2</sup>Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Faculdades Integradas Silva e Souza

\*creuza.araujo@yahoo.com.br

O presente artigo tem o objetivo mostrar, a relevância de como o Brasil, tem-se manifestado por parte dos governos nas esferas municipal, estadual e federal, com investimentos, no que se refere à gestão de riscos nos desastres naturais. Seja no planejamento e manutenção das ações preventivas, os aspectos naturais, mesmo que sejam tomados todos os cuidados para tal. Conforme Oliveira (2020), é destacado em sua apostila “Conceitos Prevalentes” e define que ameaça refere-se a um evento físico, potencialmente prejudicial, fenômeno e/ou atividade humana que pode causar a morte e/ou lesões, danos materiais, interrupção de atividade social e econômica ou degradação do meio ambiente. Segundo Brasil (2019), o planejamento das políticas públicas do governo federal tem como um de seus principais instrumentos o Plano Plurianual (PPA), que possui a função de aprimorar a ação governamental em conjunto com outros importantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo estes instrumentos, importantes ferramentas de inclusão social. As expectativas crescentes da sociedade exigem esforços cada vez maiores do Estado, quer seja com melhores serviços públicos, ou ainda buscando cada vez mais investimentos em infraestrutura, aumentando a competitividade na economia e a qualidade de vida das pessoas e ainda buscando equilíbrio fiscal e estabilidade social (BRASIL, 2019). O PEM/RJ 2020, um plano de contingência que objetiva a integração, o controle e o desenvolvimento, com vistas à otimização das ações de resposta às emergências e desastres ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de mitigar os seus efeitos durante as situações emergenciais. Com base em todas estas prerrogativas legais, considera-se de extrema relevância o apoio do profissional de assistência social (A.S.), sendo ele o elo de ligação psicológico e subjetivo entre as famílias das vítimas, das comunidades fragilizadas e em risco iminente dos desastres naturais, junto às equipes de resgate. Contudo, este trabalho, em seu perfil metodológico, mostrando através dos registros destes eventos, destacando-se, com foco descritivo, sob o olhar integrado e correlacionado entre defesa civil e assistência social, pontuando características fundamentais relacionadas a ambas as áreas, apresentando dados para serem discutidos e analisados, tendo em vista a contribuição para otimização da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil com a Política Nacional de Assistência Social.

**Palavras-Chave:** Gestão de Risco, Desastres Naturais no Brasil, Plano de Contingência.